

4268

211

1

Anaí afirma que pataxós não aprovaram Memorial

Representantes da Associação Nacional de Apoio ao Índio da Bahia (Anaí-Bahia), que participaram em Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália, de reunião sobre as comemorações do 5º centenário do Descobrimento do Brasil, contestaram a informação de que tenham sido discutidos "todos os aspectos" do projeto denominado "Memorial do Encontro", parte do Museu Aberto do Descobrimento. José Augusto Laranjeira, da Anaí, e Pedro Agostinho, da Ufba, disseram que a comissão nacional que trata do evento não apresentou exemplar, plantas ou qualquer material de divulgação do projeto, inclusive as gravuras que ilustram as próprias matérias, "o que demonstra claramente não ter sido sua intenção discuti-lo naquele momento".

No último dia 28, (sábado) A TARDE publicou matéria segundo a qual a comunidade indígena de Coroa Vermelha teria aprovado e assegurado apoio ao projeto, mas os indigenistas negam que isto tenha ocorrido, conforme indicam "as próprias condicionantes apresentadas no texto". O tom condicional, afirmam "está também claramente presente nas declarações aspeadas do vice-cacique Nengo". A posição dos índios, segundo eles, é de discutir o projeto "sob certas condições", já que ainda "não o conhecem a um ponto que lhes permita uma avaliação conclusiva diante das condições que pretendem estabelecer".

Nos esclarecimentos que prestaram, os membros da Anaí alegaram também que "nenhuma das condi-

ções formuladas por Nengo está prevista no projeto". Não há habitações em forma de aldeia, como é a tradição, e, principalmente, não está previsto que os recursos da visitação turística terão que ser dos pataxós. Ao contrário, na versão, ainda preliminar, em que o projeto vem sendo apresentado, há um grande centro comercial com lojas, bares e restaurantes destinados a serem explorados por comerciantes não-índios, o que vem sendo sistematicamente questionado pela Procuradoria da República.

Laranjeira e Pedro Agostinho reafirmaram críticas à concepção original do projeto do Memorial, inclusive em seus aspectos de inconstitucionalidade por incidir em terra indígena e, como tal, reservada à posse e usufruto exclusivo por índios. Eles ressaltaram a necessidade de o projeto vir a ser devidamente adequado às exigências das legislações indigenistas, de tombamento de patrimônio histórico e de preservação ambiental, "para que possa ser implantado em termos aceitáveis".

Dizendo ser preciso alertar que a intenção de "acelerar o processo" não pode ser confundida com a de atropelar o mesmo processo, sobretudo em seus aspectos legais, lembraram que o projeto do memorial ainda não conta com nenhum parecer de avaliação por parte dos órgãos competentes (Funai, Ibama, Iphan) "e que a simples presença de representantes desses órgãos na reunião não configura uma aprovação do projeto".